

**Múltiplas identidades femininas: (re) significando papéis identitários de mulheres
vítimas de violência doméstica de Marília-SP e região**

CAMILA RODRIGUES DA SILVA*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar questões suscitadas no desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado, cujo foco é a memória das mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Marília e região enfatizando suas trajetórias de vida e experiências vivenciadas a partir da aplicabilidade de Lei Maria da Penha/2006. Pretendo juntamente com Hall (2005) problematizar os/as múltiplos/as atores/atrizes sociais, dando visibilidade principalmente às mulheres que no processo de identificação diferenciado do processo estático e unívoco de identidade, assumem e produzem uma variedade de possibilidades e novas posições, tornando as identidades mais posicionadas, políticas, plurais, menos fixas e unificadas. Por fim compreender como são (re) significados os papéis identitários de ser mulher, mãe, companheira, dona-de-casa e profissional dessas mulheres que constantemente assumem novos posicionamentos cotidianos para sair da situação que lhes foram impostas.

Palavras-chave: Violência Doméstica, Identidades, Mulheres.

Considerações iniciais

O presente artigo tem como objetivo apresentar questões suscitadas no desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado, cujo foco é a memória das mulheres vítimas de violência doméstica enfatizando suas trajetórias de vida e experiências vivenciadas a partir da aplicabilidade de Lei Maria da Penha¹ de 2006 no contexto das Políticas Públicas para as mulheres na cidade de Marília e região. Juntamente com Stuart Hall (2000; 2005) pretendo problematizar os/as múltiplos/as atores/atrizes sociais, principalmente às mulheres que no processo de identificação diferenciado do processo estático e unívoco de identidade, assumem e produzem uma variedade de possibilidades e novas posições, tornando as identidades mais

*Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciência FFC campus de Marília. Mestranda em Ciências Sociais Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciência FFC campus de Marília. Bolsista CAPES.

¹ A Lei que protege as mulheres contra a violência recebeu o nome de Maria da Penha em homenagem à farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes. Com muita dedicação e senso de justiça, ela mostrou para a sociedade a importância de se proteger a mulher da violência sofrida no ambiente mais inesperado, seu próprio lar, e advinda do alvo menos previsto, seu companheiro, marido ou namorado.

<http://www.mariadapenha.org.br>. Acesso dia 01 de fevereiro de 2015.

posicionadas, políticas, plurais, menos fixas e unificadas. Por fim compreender como são (re) significados os papéis identitários de ser mulher, mãe, companheira, dona-de-casa e profissional dessas mulheres que constantemente assumem novos posicionamentos cotidianos para sair da situação que lhes foram impostas.

Os trechos aqui apresentados são referentes à minha pesquisa do mestrado que foi e está sendo realizada com mulheres que sofreram violência e que se disponibilizaram, perante a apresentação dos objetivos da pesquisa e da assinatura do termo de consentimento, a falar e permitiram que as entrevistas fossem gravadas e transcritas². O mesmo procedimento foi realizado com agentes que trabalharam diretamente com as mulheres no atendimento de assistência social e psicologia no Núcleo de Atendimento Multidisciplinar (NAM)³. Utilizo as narrativas de uma dessas mulheres, na qual nominarei de “Maria” não com a finalidade de homogeneização e sim com o objetivo de remeter a tantas mulheres que sofrem, sofreram e sofrerão violências e a Maria da Penha que concede o nome da Lei. Suas experiências vivenciadas e trajetórias de vida serão utilizadas para esse fim.

Violência doméstica e o poder patriarcal

Gira entorno do senso comum a patologização da violência doméstica ao procurarmos motivos como o uso de drogas, álcool, depressão ou ciúmes para justificar o ato violento nominando frequentemente o agressor de “monstro” ou “louco”. Esta forma de se pensar o fenômeno obscurece seu entendimento e ressalta ainda mais estereótipos. O mecanismo de patologização do agressor e da violência ignora as hierarquias e relações de poder em que o gênero feminino é visivelmente colocado em esferas inferiores.

Maria de 38 anos, desempregada, com ensino médio completo, mãe de 4 filhos e 1 neto sofreu violência durante 14 anos e ao ser indagada do porquê sofria as agressões, se posiciona:

[...] Ele falava muito de ciúme, que ele tinha muito ciúme de mim, que não sei o que... eu não podia conversar com ninguém, nem com as minhas amigas, ele tinha raiva que eu conversava com minhas amigas, ele não gostava quando que eu tava junto com minha família, todo tempo eu não

² Projeto aprovado pelo Comitê de Ética / **CAAE**: 37782114.9.0000.5406.

³Articulado com os demais serviços da Rede Mulher de Marília o NAM iniciou seus trabalhos oficialmente em 2005 com os objetivos de realizar acolhimentos humanizados, apoiar, orientar às vítimas de violência e seus familiares e encaminhar as vítimas de violência, bem como seus familiares à rede de serviços de atendimento à mulher em situação de violência.

podia ter vizinho, eu sempre morei sem vizinho, sempre me levou pra lugares assim, que a gente sempre trabalhava muito na roça e quando era pra pedir a casa “tem casa separada?” sempre foi sozinho, sempre foi muito sozinho. Ele falava que era por causa das crianças, que tinha criança porque não sei o que... que não era bom ter vizinho. (Maria, entrevista concedida 04 de novembro de 2014).

Deste modo, assim como apresenta Saffioti (1979) o espaço das mulheres é restrito e vigiado por valores norteados de um poder patriarcal no qual a supremacia do homem perante a mulher se instala na vida social e principalmente na vida privada. O patriarcado se apresenta de maneira negativa tanto na vida dos homens como na das mulheres, assim como disse Simone de Beauvoir (1972) “não se nasce mulher, torna-se” também não se “nasce homem, torna-se”. Ao homem também lhes foi imposto um modelo de ser homem com exigências de modelos ideais de virilidade, provedor do lar e da casa e que em hipótese alguma poderia demonstrar seus sentimentos e até mesmo chorar. O patriarcado é, portanto como pontua Saffioti, uma máquina que tem por base o controle e o medo, sendo todas as esferas da vida em sociedade que caminha com as próprias pernas e um conjunto de procedimento social, configurado em poderes criados nas relações entre as pessoas que acaba por subjugar as mulheres.

No desenrolar da entrevista questiono Maria a respeito do que ela falaria para uma mulher que estivesse passando por situação semelhante. Em sua fala sobressaem-se justamente sentimentos como o Medo que faz com que seus atos de rebeldia ou de luta fossem aniquilados por micropoderes que vigiam e subjagam as mulheres o tempo todo. Os micropoderes para Foucault (1992) atuam diretamente sobre os indivíduos e sobre os seus corpos e permeiam toda a sociedade moderna, tanto nas relações privadas, como em relacionamentos com familiares ou vizinhos, quanto nas relações públicas. Ela responde:

[...] Eu falaria o que o meu filho falou para mim o que bateu lá no fundo: “toma vergonha na cara e sai dessa vida”, apesar que não é falta de vergonha na cara é muito medo é medo, meu filho achava que era falta de vergonha na cara mas não era, era medo do que ia acontecer depois, medo de não ter o que dar pra comer pros meus filhos, porque com ele eu apanhava, mas meus filhos tinham o que comer todos os dias é... medo de você ficar desempregada, medo do que vão falar, do que vão achar [...]

[...] Pode dar a volta por cima, mesmo que sofrido não é fácil, não é fácil, não é fácil você sair na rua e todo mundo te olha, não é fácil você procurar um emprego e fecharem as portas, não é fácil dá vontade de voltar pra trás assim pelo que eu tinha, mas nem isso eu sinto mais falta [...] (Maria, entrevista concedida 04 de novembro de 2014).

A violência é colocada quase inerente ao poder do homem que muitas vezes para afirmá-lo faz o uso da violência contra sua namorada/esposa/companheira seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial, econômica ou moral sempre justificada pelas dimensões do poder do macho, provedor e mantenedor da honra. Ao ser questionado qual era o trabalho realizado com os homens agressores e como eles percebiam a violência que praticavam e como as mulheres se sentiam perante a isso, o psicólogo relata:

[...] Então o agressor não vinha, os poucos que vinham a gente fazia um trabalho de conscientização, de mudar de vida, esse tipo de coisa né? De sensibilização da situação procurando que ele conseguisse enxergar a violência, porque o agressor não acha que ele é agressivo, ele simplesmente acha que está corrigindo as pessoas, que ela merece ser corrigida é como se fosse um pai extremamente severo e se você for pesquisar, fazer uma pesquisa a vítima de violência o pai é uma pessoa extremamente repressora ou extremamente liberal, os dois extremos, são os dois extremos. Então assim, ela cria uma dependência muito grande da figura masculina então a dependência do agressor e vai chegando um tempo que ela ACREDITA que ela realmente mereça, ser agredida, que ela faz coisa errada, ela vai perdendo sua identidade e é muito difícil depois voltar e assim, outra, não é que ela perde também assim a identidade é que ela se molda de tantas formas pra poder agradar ao agressor para ele não agredi-la, quer dizer, bater nela, que ela já não sabe mais quem ela é: se ela gosta de cabelo curto ou cumprido, maquiagem ou não maquiagem, roupa assim ou roupa daquele jeito então... e isso é uma coisa interessante, porque quando nós estamos falando sobre isso, um dia veio um moço levar uma outra pra fazer BO tudo, e nós conversamos tudo e ela falou é isso aí mesmo, eu já não sabia mais o que eu fazia pra poder agradar o meu marido, pra ele não me bater [...] (A.C. G. entrevista concedida dia 3 de setembro de 2014)

Para Saffioti essas relações de poder são estabelecidas por meio do processo de dominação-exploração, assim toda a pessoa em estado de dominação encontra-se suscetível a ser explorada. Ultrapassando o âmbito econômico, tais relações atingem de maneira mais cruel o âmbito social a partir do momento que construções de Gênero⁴ foram incorporadas reproduzindo poderes diferenciados entre homens e mulheres, nos quais os homens foram

⁴ Assim utilizamos a categoria Gênero pensando como J. Scott, que a conceitua como uma categoria útil de análise à história e não apenas a história das mulheres. Mas também a história dos homens, das relações entre homens e mulheres, dos homens e mulheres entre si, além de desencadear a análise das desigualdades e das hierarquias sociais. Como precursora da conceitualização, Scott utiliza o conceito de gênero para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes em caráter social articulando-a com a noção de poder (SCOTT, 1990).

educados para controlar e dominar suas mulheres e filhos/as, já as mulheres voltadas a criar e cuidar dos/as filhos/as do lar e do marido.

Segundo Arendt (2013) a violência não é a fonte do poder e quanto mais poder menos violência, embora sejam fenômenos distintos estão imbricados e articulam-se no jogo político e são essenciais também para a vida doméstica. No entanto, na relação entre ambos, o poder é o fator primário e predominante. Assim, a autora não recusa a violência e sim acha justificável. Tanto nas relações internacionais, políticas e domésticas, a violência é o último recurso para se manter a relação de poder intacta: “[...] porque aqueles que detêm o poder e o sentem escapar de suas mãos, sejam eles os governantes, sejam os governados, têm sempre achado difícil resistir à tentação de substituí-lo pela violência.” (ARENDT 2013:108)

O conceito de Arendt é indispensável para as análises propostas, pois no âmbito do doméstico, do privado, do lar, o poder do homem tem sido ameaçado principalmente com o fortalecimento dos movimentos feministas, das lutas por iguais condições de trabalho e de escolarização, a inserção no mercado de trabalho, a conquista de leis e direitos, demonstrando cada vez mais a relação de troca entre “vítima e algoz” e de empoderamento⁵ dessas mulheres:

Ano passado eu tinha me separado dele, antes de me separar, eu queria voltar a estudar e terminar o meu ensino médio, porque na minha casa todo mundo estuda, todo mundo estuda. Eu tenho 4 irmãs que as 4 são pedagogas. Ai eu falei eu quero estudar, não que eu queira fazer pedagogia que não é pra mim, mas assim, eu quero voltar a estudar, só falta um ano eu falei o que é que UM ANO? Aí ele começou a falar que... estudar era pra biscate, que eu ia pra escola pra ir atrás de macho, que não sei o que, que não sei o que... Ai eu dia eu peguei recebi o meu pagamento e fui pra São Paulo, porque quando eu estudei em São Paulo eu deixei meus documentos lá na escola que eu estudei e eu não trouxe histórico não trouxe nada e eu falei vou voltar lá na escola, pegar meus documentos e vou voltar a estudar, eu falei: queira ou não queira eu vou voltar a estudar, por bem ou por mal eu vou voltar a estudar [...]

[...] Quando eu voltei de lá, nossa! Foi uma guerra na minha casa! Que eu cheguei com os documentos e falei: voltei e vou estudar! Ai a gente discutiu e ele me agrediu, ele me pegou pelos cabelos e começou a dar tapa na minha cara e meu filho, meu filho pegou, veio apartou a briga e falou pra ele “se você relar a mao na minha mae, eu te mato! E você toma vergonha na sua cara e sai daqui, que eu to cansado de te ver apanhando” aí eu peguei olhei pra cara do meu filho e disse: é verdade, tenho que tomar vergonha na minha cara mesmo [...] (Maria, entrevista concedida 04 de novembro de 2014).

⁵ “O empoderamento, de modo geral, pretende dar às mulheres o poder de pensar, de conhecer, de agir livremente, de realizar seus potenciais, de ter uma equidade nas remunerações – trabalho igual, salário igual -, igualdade de chances” (SWAIN, 2005:30).

A violência se apresenta como um motor importante para a relação de vítima e algoz assim como pontua Gregori (1993) em seu livro “Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista” criticando o estereótipo da “passividade feminina”. Ela demonstra que as cenas e queixas que dão nome ao livro são na verdade construídas numa relação de parceria entre homens e mulheres, que não são mais vistos apenas como opressores e oprimidas.

Ao desconstruir esse quadro, a autora mostra o que considera o lado mais perverso dessa violência, que é justamente aquele onde as mulheres atuam para construir e manter seu lugar de vítima, posição que determina que elas sofram no próprio corpo essa perversa construção. Essa parceria entre vítimas e algozes retira das mulheres o estigma da passividade e as inserem dentro dessa rede, garantindo-lhes uma possibilidade de deslocamento nas relações de poder. Deste modo, o termo “vítima” muitas vezes se coloca de maneira inadequada na construção das políticas públicas de enfrentamento a violência refletindo nos atendimentos, acolhimento e efetivação das mesmas e na literatura acadêmica nacional sobre esse tema que estigmatiza essas mulheres em passivas, dóceis e frágeis, deixando de evidenciar as inúmeras estratégias, mobilizações e agências que elas fazem parte.

Empoderamento e Agência

Uma das mobilizações que ajudou Maria a não retornar para o problema foi a sua inserção na Padaria Comunitária de um bairro na zona Sul da cidade de Marília, aonde ela profissionalizou-se no ofício de panificação. O grupo é composto por mulheres da região com idades diferentes, que vendem os produtos e dividem o lucro entre si, essa pequena renda além das conversas entre as “meninas” como ela mesma nomeia, contribuiu para o processo de empoderamento de Maria:

[...] Ajudou bastante e as histórias das meninas também me ajudou bastante, CONSELHOS das meninas me ajudaram bastante e não vou voltar MESMO! Principalmente agora, não vou, não vou...A gente vai conversando, se enturmado ali e uma conta os problemas pra outra, nossa, faz um trabalho na cabeça da gente muito bom, muito bom (Maria, entrevista concedida 04 de novembro de 2014).

Questionei se todas as mulheres que frequentavam o curso sofreram violência doméstica assim como ela:

[...] Nem todas... algumas é que a história de vida é.... de dificuldade, não sofreram violência com o marido, mas na sociedade sofreu, às vezes com os pais. Então ali é assim, tem todo o tipo de história, tudo que você imaginar ali tem: mulher que separou do marido e não tinha uma renda aí “vou aprender a fazer pão pra poder vender” e aí foi e aprendeu (Maria, entrevista concedida 04 de novembro de 2014).

O termo empoderamento está sendo muito utilizado na elaboração das políticas públicas para as mulheres. Tanto é que o psicólogo do NAM no decorrer das suas falas, sempre utiliza o termo como uma espécie de “jargão” e ao ser indagado sobre qual o papel do Núcleo no atendimento as mulheres, responde:

E a nossa função não era reconstituir a família, mas era tentar tornar aquela convivência um pouco mais equilibrada. É lógico se ela continuasse na violência nós teremos que fazer um trabalho, logicamente se ela quisesse, de sair da violência, fornecer as condições, essa era nosso principal objetivo. Empoderar a vítima para ela tomar a decisão, ou ela fica no relacionamento e tenta mudar o agressor, mas tomando alguns posicionamentos para que não continue sendo vítima, pondo alguns limites, porque elas não põem certo? Ou ela separa e vai cuidar da vida dela. Para ela separar e ir cuidar da vida dela é um passo muito difícil para ela, mesmo que ela trabalhe fora, mesmo que ela fosse a provedora (A.C. G. entrevista concedida dia 3 de setembro de 2014).

A assistente social corrobora com a percepção anterior e ao ser indagada se o perfil da grande maioria das mulheres que procuraram atendimento era de dependência econômica ao agressor, responde:

[...] A grande maioria. A maioria presa financeiramente, mas também tinham muitas mulheres que eram arreios de família, que são mulheres arreios de família. Elas trabalham e o marido fica fazendo um bico aqui um bico ali, nisso ela que põe todas as economias dentro de casa, além de, fazer o trabalho de mãe, de mulher de tudo né? (C.M. G. S entrevista concedida dia 23 de setembro de 2014).

Deste modo, mesmo que a violência não seja estritamente física os discursos acabam por construir a desigualdade de gêneros legitimando diferenças entre homens e mulheres. Um

sujeito é construído com uma identidade determinada, imposta por meio das relações de poder e verdades sobre ele. Esses discursos integrados as práticas de uma sociedade passaram a determinar principalmente a vida das mulheres, legitimando por meio de argumentos extraídos da natureza, da religião e do político a subordinação feminina (TEDESCHI, 2012). Esse processo gera inúmeros tipos de violência imperceptíveis aos olhares menos atentos.

Muitas vezes, como aponta o agente, a ligação com o agressor não é especificamente financeira, mas, sobretudo, religioso e moral. Principalmente sobre a instituição “casamento”, bem como o papel social que ainda recai sobre a mulher separada e do fracasso que pesam para a tomada de decisão.

Seguindo esse raciocínio o espaço doméstico é considerado um lugar aonde “tudo é possível” e permitido, no qual o homem visa transformar o comportamento da mulher em algo similar ao comportamento animal que é condicionado e mais previsível possível. Deste modo, o domínio masculino elimina a espontaneidade da pluralidade e da diferenciação humana. Mesmo sabendo o que acontece lá, o espaço doméstico é privado e como aquele velho ditado diz: “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e ninguém é punido. No outro dia começa tudo outra vez e isso perpetua por muitos e muitos anos.

Construções identitárias: o processo de identificação

O agressor elimina totalmente a condição humana da mulher/mãe/esposa/ profissional por seus atos agressivos, simbólicos ou não, ocasionando uma espécie de (des) personificação dessas mulheres. Estas são tratadas e vistas como objetos ou “coisas” o que autoriza o macho a alimentar seu sentimento de posse. Elas por sua vez, perdem o pertencimento de humanidade refletindo principalmente na autoestima e nas vaidades, tão caras para a sociedade atual. Esse sentimento de não existência, de não ser ninguém, perpassa na experiência vivenciada por Maria chegando ao ponto dela se sentir um “lixo”:

Não tinha auto estima, não tinha auto estima, nada, nada, nada, nada, nada... eu acho que to dando uma melhoradinha agora, mas não tinha, me sentia lixo, sabe assim? Me sentia um lixo, me sentia ninguém [...]

Eu já nem tenho vaidades (risos) então, ai que piorou, nossa! Eu fiquei muito acabada! Demais, demais! Eu não tinha vontade de me cuidar, não tinha vontade de, tinha dia que não dava vontade de sair da cama, escovar os dentes e levantar, eu não tinha vontade. Tanto é que durante esse tempo que eu tomei calmante eu me acabava no calmante pra mim ficar dormindo [...] (Maria, entrevista concedida 04 de novembro de 2014).

Por outro lado, podemos problematizar as questões aqui apresentadas como processos de identificação, diferentemente do processo estático e unívoco de identidade que rotula e determina papéis, pensado como uma construção como um processo nunca completado. O conceito de identidade aqui desenvolvido, assim como Hall apresentou, não é, portanto um conceito essencialista, mas estratégico e posicional e não assinala aquele núcleo estável do eu que passa do início ao fim, sem qualquer mudança pelas vicissitudes da história.

Assim Maria durante esses 14 anos de violência não permanece sendo sempre a mesma, bem como suas ações e atitudes perante as situações cotidianas. Ora mãe, ora esposa, ora fraca, ora forte, ora dona-de-casa, ora agricultora, Maria assume posições que não são únicas nem imutáveis. Suas identidades que são múltiplas tornam-se cada vez mais fragmentadas e construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas estando constantemente em processo de mudança e transformação.

As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora sabendo, sempre, que elas são representações “[...] que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nela investidos” (HALL, 2005:112). Assim, quando Maria é indagada sobre as tentativas de suicídio que citara anteriormente e se era frequente, responde:

Não. Vontade eu sempre tinha eu cansei de um jeito da vida, cansei assim, sentia cansaço sabe mesmo? Sem fazer nada sentia cansaço, “eu não aguento mais, eu não aguento mais”. Ai ficava na minha cabeça, tem jeito, tem jeito o jeito ééé você sair desse mundo, ai foi aonde eu tentei suicídio (lágrimas) (Maria, entrevista concedida 04 de novembro de 2014).

Deste modo, como as categorias foram criadas e os papéis fixados, Maria no desespero de não conseguir sair dessa situação e da pressão decorrente disso atenta contra a sua própria vida algumas vezes, sendo para ela e naquele momento a única saída. Contudo, mesmo em meio a isso, Maria assumia atitudes de agência que impedia que ela se tornasse simplesmente um corpo dócil (HALL, 2005), como no episódio que ela resolve sair de casa pela primeira vez e o agressor não a autoriza levar seus 2 filhos (que era filho dele também). Maria relata que o pai ao tentar “comprar” as crianças para não irem morar com ela, começa a alimentá-los

com guloseimas como lanches e doces o tempo todo. Até que as taxas de colesterol de seu filho mais novo começam a aumentar e a prejudicar sua saúde:

Ah, eu não pensei 2 vezes, catei tudo que era meu e voltei embora, fiquei sofrendo, sofrendo, vou pra perto dos meus filhos. Só que eu só voltei pra lá pra PERTO dos meus filhos, porque com ele eu não queria mais nada, eu volto pra cá, mas pra cuidar dos meus filhos. Aí ele ainda me agrediu mais umas 2 vezes depois disso, que eu voltei pra lá. Teve um dia que ele me pegou pelos cabelos e teve outro dia que ele me deu um tapa na cara e me derrubou, foi o que eu falei no vídeo, que quase quebrou minha costela, por pouco... eu fui pro hospital fiquei com muita dor, muita dor e foi a ultima vez que ele me agrediu, “foi a ultima vez que você rela a mao em mim, você relou eu vou pra delegacia”. Ai vou onde meus filhos foram saber que eu apanhava, porque até então eles não sabiam que eu apanhava (Maria, entrevista concedida 04 de novembro de 2014).

Mesmo sofrendo com a situação de agressão ela decide voltar para a casa assumindo seu papel de mãe que neste momento fala mais alto. Mesmo com o sofrimento enfatizado em sua fala, Maria toma uma decisão definitiva e se impõem perante a situação sendo incisiva ao dizer para ele não “relar” mais a mão nela, senão chamaria a policia. Após todos esses anos de violência, Maria toma a decisão de sair de casa definitivamente, só com a roupa do corpo, levando consigo todos os seus filhos e disposta a recomeçar a sua vida. Como relatado, ela frequenta a Padaria Comunitária que além de contribuir para a geração de renda, auxilia no processo de superação e empoderamento. Após e no decorrer desse processo e finalizando a entrevista, indago Maria sobre como ela se sente agora como mulher como mãe ela responde:

Eu não me vejo não (sorrindo), mas todo mundo fala que eu sou uma guerreira que nossa, eu sou uma super mãe, uma super mulher muita gente fala isso, to namorando! (risos) to bem, graças a Deus eu falo que to conseguindo seguir sem cair em depressão, porque o meu medo era eu entrar em depressão de novo e eu to conseguindo seguir sem calmante, sem ajuda, só com o pessoal que converso e que tá entrosado na minha vida e das coisa que to procurando fazer (pausa) eu to tentando ficar bem, tem horas que dou uma caída, mas graças a Deus eu to bem (Maria, entrevista concedida 04 de novembro de 2014).

“Universalidade” da ideia de mulher nas Políticas Públicas

Nos discursos produzidos principalmente pelos agentes que trabalharam diretamente com as mulheres que sofreram agressão doméstica, percebemos intrinsecamente quão importante é a elaboração de Políticas Públicas para as mulheres que sejam realmente

aplicáveis e que estejam de acordo com a realidade social e cultural que cada mulher está inserida levando em conta as multiplicidades identitárias e não, uma identidade em comum:

[...] E a argumentação dos advogados de defesa das vítimas era que ela era uma pessoa que se vestia comportadamente, era o mesmo argumento só que do lado ao contrário. Pra você ver como elas estão totalmente desprotegidas. E eu acredito, e eu acredito que se não houver, não adianta ter só políticas públicas, se não houver realmente assim, é... quando eu falo o judiciário atuante assim, condenando mesmo, isso estando na grande mídia, o cara foi condenado porque... o caso da Maria da Penha é típico, o cara foi condenado? O cara não ficou um dia na cadeia, se ficou foi muito pouco ele está livre, leve, solto. E o que acontece é que o agressor vai agredir outra vítima, acontece muito isso ele não vai agredir só o primeiro caso dele, a primeira namorada, a primeira esposa, a primeira companheira ele vai fazer isso com qualquer uma provedora (A.C. G. entrevista concedida dia 3 de setembro de 2014).

Inúmeros debates e contradições começaram a se manifestar, tanto no campo da ação como na teoria, demonstrando cada vez mais a impossibilidade de pensar uma identidade em comum. A partir de uma postura inicial em que se acreditava na possibilidade de uma identidade única entre as mulheres, passou-se a afirmar a existência de múltiplas identidades femininas: mulheres negras, índias, pobres, operárias que passaram a reivindicar a ‘diferença’ dentro da diferença – assim a categoria ‘mulher’ que se diferenciava da de ‘homem’ não era suficiente para explicá-las e as reivindicações realizadas pelo movimento feminista não as incluíam.

Indo por este caminho, Butler (apud Hall 2005) apresenta o argumento de que todas as identidades funcionam por meio da construção discursiva de um exterior constitutivo e da produção de sujeito abjetos e marginalizados, aparentemente fora do campo do simbólico, do representável, o qual retorna para complicar e desestabilizar aquelas forclusões que nós chamamos prematuramente de identidades. Butler faz uma crítica interna da política de identidade feminista e de suas premissas questionando a adequação de uma política representacional baseada na universalidade e a unidade presumíveis do sujeito e a categoria unificada sob o rótulo de mulheres. Deste modo, essa identidade está baseada na exclusão de mulheres consideradas diferentes e privilegiando a normatividade das relações heterossexuais como base da política feminista. Essa unidade é apontado como fictícia produzidas por estruturas de poder por meio das quais a emancipação é buscada.

Considerações finais

Com este breve relato da trajetória de vida de Maria podemos perceber como as relações de poder estão intrínsecas na vida cotidiana das mulheres, que assumem diferentes papéis para ‘burlar’ as amarras da sociedade patriarcal. Deste modo, falar em uma identidade coletiva e única, não leva em conta as especificidades de cada situação e relação e assim o termo identificação é melhor inserido nas análises. Inclusive, as Políticas Públicas para as mulheres passaram a utilizar a categoria “mulheres” de maneira a incluir as identidades das diferentes mulheres, contudo, apenas na teoria, pois na prática as mulheres são tratadas de maneira igual, estereotipadas e julgadas como se fossem uma só. O termo empoderamento também está presente nos discursos oficiais só que mencionado de maneira vaga e superficial.

Pretendemos romper com estereótipos de passividade como condição feminina ao evidenciar o termo “agência” que é utilizado amplamente na literatura da teoria social para designar um elemento ativo da ação individual, no caso, evidenciar as ações individuais dessas mulheres e suas mobilizações em grupo.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. 2006. Sobre a violência. Tradução de André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. Origens do totalitarismo. 1989. São Paulo: Companhia das Letras.

BEAUVOIR, Simone. 1972. O segundo sexo. A experiência vivida. São Paulo: Difel.

GREGORI, Maria Filomena. 1993. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista /Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS.

HALL, Stuart. 2000. A identidade cultural na pós-modernidade. 4ª. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. Quem precisa de identidade? 2005. In: SILVA, Tomas Tadeu (Org.). Identidade diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, Michel. 1992. “Soberania e disciplina”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. 1979. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria de análise histórica. 1990. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 05-22.

SWAIN, Tânia Navarro. 2005. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: SWAIN, Tânia Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (Orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas.

TEDESCHI, Losandro Antonio. 2012. *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados – MS: Ed. UFGD.